

reza — a tirania gerava o seu contrário. Ia, contraditoriamente, destruindo a própria imprensa situacionista, que as restrições também afetavam: “O certo é que *O País* estava morto. Mas não porque sua colaboração literária tivesse baixado de qualidade ou porque o seu noticiário já não fosse tão bem arranjado. *O País* morrera. . . e quem o matou. . . foi o estado de sítio. . . (. . .) Com os adversários cancelados da vida cívica, na cadeia, ou de boca tapada pela censura, não tendo a quem responder, não há órgão defensor de situação que se possa agüentar. *O País* não morreu de morte morrida, mas de morte matada, estrangulado pelas mãos sufocantes do capangão constitucional do quadriênio. Vivia dos ataques do *Correio da Manhã*, de *O Imparcial*, de outros periódicos da oposição, que, descompondo o Presidente, os ministros, e investindo contra o ‘regime’ nos seus violentos artigos de fundo, tópicos vivazes e sueltos ferinos, lhe forneciam assunto, despertavam a verve dos redatores para os revides e represálias interessantes ao leitor. O carioca mesmo hostil à situação gostava de correr os olhos n’*O País*, para ver ‘até onde ia o português’. A diatribe, o insulto de Edmundo Bittencourt dava leitor ao Laje. Bittencourt calado, Laje morria. E morreu. Devemos ao Bernardes essa perda”(294).

O *Correio da Manhã* esteve, realmente, impedido de circular pelo governo, de 31 de agosto de 1924 até 20 de maio de 1925, quando conseguiu, na justiça, manutenção de posse. Não era a liberdade de divulgar, porém; apenas a de circular, conforme deixava claro o despacho do juiz: “Procede a justificação. Expeça-se o mandato na forma requerida, assegurando ao Governo o direito de censura prévia das publicações do jornal dos suplicantes e dos impressos de suas oficinas, prejudiciais à ordem pública segundo o ‘prudente arbítrio’ das autoridades, excetuados os debates parlamentares e judiciários, devidamente autenticados, nos termos da jurisprudência que tem definido a extensão da liberdade de imprensa e do exercício das profissões industriais na vigência do estado de sítio”. A censura era chefiada por Jackson de Figueiredo; o *Correio da Manhã* tinha uma brecha por onde penetrar, e por ela avançou audaciosamente, para não morrer: a dos debates parlamentares. Foi o sítio, por isso, a grande época de Maurício de Lacerda, intérprete do movimento tenentista na Câmara.

A imprensa continuava a transformar-se, dentro da estrutura empresarial. No Rio, o *Jornal do Brasil* começava, em 1922, a receber o serviço da *United Press*, nisso só precedido pelo *Rio-Jornal*; tomava a iniciativa, que mantinha sozinho por algum tempo, de não circular às segundas-feiras; apresentava, em 1924, a primeira seção de rádio em jornal, redigida por

(294) Gilberto Amado: *Presença na Política*, Rio, 1958, pág. 298.